

BRUNO HENRIQUE KONS FRANCO

Rodrigo Luís Kanayama
Prefácio

TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS EM SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA

EMPRESAS ESTATAIS E GOVERNANÇA
CORPORATIVA



As empresas estatais, por sua relevância para a economia nacional, demandam um aprimoramento cada vez maior de sua governança corporativa. Exemplo dessa exigência é a obrigação, instituída pela Lei nº 13.303/2016, de elaboração de uma política de transações entre partes relacionadas. Esta obra aborda, sob diversas perspectivas, o fenômeno das transações entre partes relacionadas nas empresas estatais: as justificativas para a regulação dessa prática, os riscos a serem endereçados pela política intracorporativa e os mecanismos jurídicos para o controle das transações entre as partes relacionadas. Oferece ao leitor, assim, um guia para a compreensão desse relevante instrumento de governança corporativa nas empresas estatais.

Área específica

DIREITO ECONÔMICO

Áreas afins

DIREITO ADMINISTRATIVO
E DIREITO EMPRESARIAL.

Palavras-chave

1. Empresas estatais; 2. Governança corporativa;
3. Transações entre partes relacionadas;
4. Intervenção do Estado na economia.

FORMATO: 14,5 x 21,5 cm
CÓDIGO SANKHYA: 3462

F825t

Franco, Bruno Henrique Kons

Transações entre partes relacionadas em sociedades de economia mista: empresas estatais e governança corporativa / Bruno Henrique Kons Franco. Belo Horizonte: Fórum, 2024.

214p. 14,5x21,5cm

ISBN impresso 978-65-5518-781-6

ISBN digital 978-65-5518-782-3

1. Empresas estatais. 2. Governança corporativa. 3. Transações entre partes relacionadas. 4. Intervenção do Estado na economia. I. Título.

CDD 342

CDU 342.2

Ficha catalográfica elaborada por Lissandra Ruas Lima – CRB/6 – 2851

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

FRANCO, Bruno Henrique Kons. *Transações entre partes relacionadas em sociedades de economia mista: empresas estatais e governança corporativa*. Belo Horizonte: Fórum, 2024. 214p. ISBN 978-65-5518-781-6.

BRUNO HENRIQUE KONS FRANCO

Graduado e Mestre em Direito do Estado pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Advogado.

SUMÁRIO

PREFÁCIO

Rodrigo Luís Kanayama	9
-----------------------------	---

INTRODUÇÃO	13
------------------	----

CAPÍTULO 1	21
------------------	----

POR QUE REGULAR TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS EM SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA?

1.1	Introdução	21
1.2	A distribuição acionária mista como modelo de intervenção do Estado na economia	25
1.2.1	Sociedades de economia mista e regulação pública da economia	29
1.2.1.1	As empresas estatais e o capitalismo de Estado na China	30
1.2.1.2	O modelo de intervenção desenvolvimentista	33
1.2.1.3	A transição de um modelo de intervenção desenvolvimentista para um modelo de intervenção regulatória	36
1.2.2	Sociedades de economia mista e mecanismos de regulação autônoma	41
1.2.2.1	A influência da regulação do mercado de capitais sobre o regime jurídico das empresas estatais	41
1.2.2.2	A regulação autônoma e as políticas de transações entre partes relacionadas em empresas estatais	45
1.2.2.3	Os desafios da regulação autônoma e a convergência autorregulatória	50
1.3	A governança dos interesses corporativos nas sociedades de economia mista	52
1.3.1	Os interesses estatais nas sociedades de economia mista	58
1.3.1.1	Os interesses estatais pelo formato corporativo da sociedade de economia mista	60
1.3.1.2	Os interesses estatais em relação aos gestores da sociedade de economia mista	64
1.3.2	Os interesses privados nas sociedades de economia mista	67
1.3.2.1	A governança corporativa e a proteção de acionistas minoritários	68
1.3.2.2	A participação de acionistas minoritários em sociedades de economia mista	70
1.3.2.3	Distinções entre acionistas minoritários em sociedades de economia mista: acionistas públicos, acionistas privados, investidores de varejo e investidores institucionais	74
1.4	Conclusões parciais	79

CAPÍTULO 2

O QUE REGULAR NAS TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS EM SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA?

2.1	Introdução: os benefícios privados do controle e as transações entre partes relacionadas nas empresas estatais	81
2.2	As transações entre partes relacionadas como instrumento do escoamento de valores (<i>tunneling</i>) e do escoramento corporativo (<i>propping</i>)	89
2.2.1	<i>Self-dealing</i> , conflito de interesses e transações entre partes relacionadas	89
2.2.1.1	Transações entre partes relacionadas e <i>self-dealing</i>	92
2.2.1.2	Transações entre partes relacionadas e conflito de interesses	95
2.2.2	O escoamento de valores e o escoramento corporativo	101
2.2.2.1	A precedência do elemento subjetivo e a prevalência do elemento objetivo para caracterização das transações entre partes relacionadas	102
2.2.2.2	Definição e características do escoamento de valores	104

2.2.2.3	Classificação dos instrumentos de escoamento de valores: o escoamento de fluxo de caixa, o escoamento de ativos e o escoamento de capital	107
2.2.2.4	O escoramento corporativo e sua relação com o escoamento de valores	110
2.3	As transações entre partes relacionadas e a canalização política (<i>policy channeling</i>) nas sociedades de economia mista	112
2.3.1	A canalização política e o regime orçamentário das empresas estatais	115
2.3.1.1	O Orçamento de Investimento (OI) e o Programa de Dispêndios Globais (PDG).....	118
2.3.1.2	Os Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC) e os instrumentos híbridos de capital e dívida	122
2.3.2	A canalização política e o controle das empresas estatais	126
2.3.2.1	A canalização política e a supervisão ministerial.....	130
2.3.2.2	A canalização política e o controle societário	133
2.4	Conclusões parciais	143

CAPÍTULO 3

COMO REGULAR AS TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS EM SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA?

3.1	Introdução	145
3.2	Os mecanismos jurídicos para controle das transações entre partes relacionadas	150
3.2.1	Os deveres fiduciários de administradores e acionistas controladores	154
3.2.1.1	O teste de justeza e a equidade	160
3.2.1.2	O teste de justeza e a adequação às condições de mercado.....	161
3.2.1.3	O teste de justeza e a comutatividade.....	162
3.2.1.4	Limitações materiais complementares às transações entre partes relacionadas e custos de adjudicação.....	164
3.2.2	As garantias materiais e procedimentais de acionistas minoritários.....	166
3.2.2.1	A regra da maioria da minoria e os custos de negociação.....	168
3.2.2.2	Mecanismos correlatos à regra da maioria da minoria: a divulgação obrigatória de informações e a atribuição de competências a órgãos corporativos	172
3.3	As políticas corporativas de transações entre partes relacionadas adotadas pelas sociedades de economia mista de capital aberto sob controle da União.....	176
3.3.1	Definições para transações entre partes relacionadas e conceitos correlatos	179
3.3.2	Limitações materiais atreladas ao teste de justeza da transação.....	183
3.3.3	Participação de acionistas minoritários em decisões sobre transações entre partes relacionadas.....	187
3.3.4	Proibições para determinadas modalidades de transação.....	188
3.3.5	Procedimentos corporativos, controle prévio das transações e o papel atribuído ao Comitê de Auditoria Estatutário (CAE)	192
3.3.6	Divulgação obrigatória de informações sobre as transações.....	195
3.3.7	Diretrizes e obrigações orientadas a administradores e colaboradores na condução de transações entre partes relacionadas	197
3.3.8	Mecanismos jurídicos específicos para as transações entre partes relacionadas celebradas com a União	199
3.3.9	Fatores de interferência nas diferenças entre as políticas de cada companhia	202
3.4	Conclusões parciais	202

CONSIDERAÇÕES FINAIS	205
----------------------------	-----

REFERÊNCIAS	207
-------------------	-----